

DOSSIÊ

RESPEITA AS MINA!

análise discursiva sobre os
desdobramentos da crônica
“A estagiária/O primeiro dia de
trabalho de Melissinha” do Correio
Braziliense

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores
em Jornalismo

LIZIANE GUAZINA

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil
ORCID: orcid.org/0000-0002-4765-6918

DIONE OLIVEIRA MOURA

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil
ORCID: orcid.org/0000-0003-2857-3284

FABÍOLA CALAZANS

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil
ORCID: orcid.org/0000-0002-7455-5936

FERNANDA MARTINELLI

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil
ORCID: orcid.org/0000-0002-0196-048X

LILIANE MACHADO

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil
ORCID: orcid.org/0000-0002-0196-048X

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1067>

RESUMO - Neste artigo, nosso objetivo é discutir a produção da desigualdade de gênero pelo jornalismo, tanto na produção de conteúdo como nas estruturas de trabalho das empresas de mídia, e o processo público de denúncia desse fenômeno nas redes sociais. A publicação de uma crônica no jornal Correio Braziliense intitulada “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, é o ponto de partida. Ao sexualizar o ingresso de jovens mulheres estudantes de jornalismo na redação do jornal, a crônica reproduz e naturaliza violências de gênero que se instalam de forma sistemática em alguns desses espaços. Observamos que o caso pode ser compreendido como inserido em um processo de feminização que empreendeu batalhas discursivas de combate à discriminação de gênero contra estagiárias de jornalismo ou contra mulheres jornalistas profissionais.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Feminização. Formações discursivas. *Correio Braziliense*.

¡RESPETA LAS CHICAS! Análisis discursivo sobre los desdoblamientos de la crónica “La interna/El primer día de trabajo de Melissinha”, del Correio Correio Braziliense

RESUMEN - En este artículo, nuestro objetivo es discutir la producción de desigualdad de género por el periodismo, tanto en la producción de contenido, como en las estructuras de trabajo en las empresas mediáticas y el proceso público de denuncia de este fenómeno en las redes sociales. La publicación de una crónica en el periódico Correio Braziliense intitulada “La interna/El primer día de trabajo de Melissinha”, es el punto de partida. Con la sexualización del ingreso de jóvenes mujeres estudiantes de periodismo en la redacción de un periódico, la crónica reproduce y naturaliza violencias de género que se instalan de forma sistemática en algunos de esos espacios. Observamos que el caso puede ser entendido como un proceso de feminización que emprendió batallas discursivas contra la discriminación de género contra las pasantes de periodismo y periodistas profesionales.

Palabras-Clave: Periodismo. Género. Feminización. Formaciones discursivas. Correio Braziliense.

RESPECT THE GIRLS! Discursive analysis on the developments on the chronicle “The Inter/Melissinha’s First Day of Work”, by Correio Braziliense

ABSTRACT - In this article, discuss the production of gender inequality by journalism, both in the production of content and in the work structures of media companies, as well as the public process of denouncing this phenomenon in social networks. The publication of a chronicle in the newspaper Correio Braziliense entitled “The Inter/ Melissinha’s First day of Work”, is the starting point. By sexualizing the entry of young journalism women students into the newsroom, the chronicle reproduces and naturalizes gender-based violence that is systematically installed in some of these spaces. We observed that the case can be understood as a process of feminization that undertook discursive battles against gender discrimination against journalism trainees and professional journalists women.

Key words: Journalism. Gender. Feminization. Discursive formations. Correio Braziliense.

I Apresentação

Este é um estudo sobre a produção da desigualdade de gênero no jornalismo brasileiro a partir da relação entre a produção de conteúdo e as estruturas internas das empresas de mídia, e como o enfrentamento desta desigualdade ocorre por meio de batalhas discursivas empreendidas nas redes sociais. A publicação, em 11 de setembro de 2017, de uma crônica no jornal *Correio Braziliense* (CB) intitulada “A Estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, bem como seus desdobramentos, é o ponto de partida. O texto descreve o que seria o primeiro dia de trabalho de uma estagiária

de jornalismo¹, e o faz de forma sexualizada, endossando violências de gênero, o que levou a críticas públicas de grupos feministas e entidades sindicais ao teor do texto.

O *Correio Braziliense* ainda é o principal jornal de Brasília, a capital federal, fundado junto com a cidade, em 1960. Segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ, 2015), o CB ocupava a décima posição nacional em termos de circulação digital e a vigésima posição dentre os jornais brasileiros de maior circulação nacional. Apesar de fortemente vinculado à realidade do Distrito Federal, trata-se de um jornal de referência que costuma cobrir as principais temáticas de alcance nacional, especialmente aquelas que dizem respeito à política nacional.

Antes de ingressar na análise da crônica e suas repercussões públicas, retomamos alguns dados que fornecem subsídios para pensar as práticas jornalísticas e fazer a conexão entre o contexto mais específico do objeto e o panorama mais amplo de transformações na divisão sexual do trabalho no jornalismo.

O aumento da presença de mulheres no mundo do jornalismo, assim como a alteração de práticas profissionais decorrentes desse fator, tem sido um processo registrado em alguns países marcadamente a partir de meados do século XX. Essa ampliação do número de mulheres em um campo profissional, de acordo com Yannoulas (2011), pode ser observada a partir de duas dimensões: a *feminilização*, compreendida enquanto um aumento quantitativo de mulheres em uma profissão, e a *feminização*, que pode ser definida como um processo no qual percebem-se transformações na prática profissional decorrentes da maior presença de mulheres em determinado campo profissional.

No cenário internacional, o relatório *Global Report on the status of women in the news media*, publicado pela International Women's Media Foundation (Byerly, 2011), atesta que somente 33,3% das 522 empresas pesquisadas tinham mulheres jornalistas trabalhando em tempo integral. Tal relatório, bem como sua edição posterior, também com um mapeamento global (Byerly, 2013), comprova que há muito a se conquistar em termos de equidade no mercado profissional de jornalismo para as mulheres jornalistas em todos os continentes, com avanços maiores ou menores, conforme as regiões e os cenários geopolíticos.

O Brasil apresenta uma realidade particular em relação à maioria das nações pesquisadas pela International Women's Media Foundation (Byerly, 2011), citada anteriormente: pelo menos desde a segunda década do século XXI, conforme indicam estudos como o do Sindicato

dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (2016) e de Jacks e Mick (2013), tem ocorrido um aumento efetivo de mulheres jornalistas no Brasil. No entanto, tal fenômeno não representa, ainda, um aumento de mulheres jornalistas em cargos de poder decisório (chefias, editorias, diretorias, etc), tampouco igual proporção de mulheres em faixas salariais mais altas (Koshiyama, 2001; Martinez, Lago, & Lago, 2016; Mick & Lima, 2013; Ramos, 2010; Rocha, 2004; Rocha et al., 2013; Rocha & Sousa, 2011; Rocha & Witowicz, 2017; Silva, 2014; Souza, 2009).

O aumento de mulheres na prática profissional do jornalismo, no caso brasileiro, remonta à segunda metade do século XX, tendo obtido maior crescimento a partir da década de 1960, com o aumento dos cursos superiores de jornalismo (Rocha, 2004)². Em 1986, as mulheres correspondiam a cerca de 35% dos profissionais de jornalismo e, em 2005, este percentual subiu para mais de 50% dos profissionais, conforme registram Rocha e Sousa (2008). Na primeira década do século XXI, o levantamento nacional de Mick e Lima (2013), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com apoio das entidades Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), registrou que 64% dos jornalistas brasileiros são mulheres (dados levantados no ano de 2012).

Este cenário que contrasta o aumento do número de mulheres no jornalismo (feminilização) e o paradoxo de que as mulheres jornalistas não tenham conquistado igualdade de gênero nos postos de comando, bem como a permanência de uma desigualdade salarial não é, entretanto, um fenômeno exclusivamente brasileiro, como alertam Gudipaty et al. (2018), desde uma ampla perspectiva comparativa no contexto dos BRICS e, ainda, como documentam estudos comparativos em diversos continentes, como os organizados por Byerly (2011, 2013).

No contexto mais aproximado do nosso estudo de caso, o Coletivo de Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) realizou, em 2016, o levantamento *Desigualdade de Gênero no Jornalismo*. As respondentes relataram a presença de casos de assédio (77,9% declararam ter sofrido assédio moral pela chefia ou colega de trabalho), prática de machismo (78,5% declararam que algum entrevistado teve atitude machista durante entrevistas), dentre outras formas de violência no exercício da prática profissional. O levantamento do Sindicato (2016) ouviu jornalistas de vários estados, e também outros estudos comprovam que a prática do assédio sexual e/ou moral contra

mulheres jornalistas é uma realidade nacional (Carvalho & Portella, 2016; Souza & Bueno, 2017). Diante das desigualdades de gênero citadas, cabe perguntar: de que maneira as mulheres desenvolvem práticas de mobilização e enfrentamento em torno das temáticas de assédio (moral ou sexual) e discriminação no exercício da prática profissional? O caso da publicação da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha” pelo jornal *Correio Braziliense* nos fornece pistas sobre os caminhos percorridos por grupos e entidades de classe na mobilização de batalhas discursivas que enfrentam o sexismo observado nos textos e no ambiente de trabalho jornalísticos. Tais batalhas discursivas devem ser entendidas, como veremos mais adiante, a partir de um olhar sócio-histórico, relacionando práticas individuais às suas condições sociais e históricas de possibilidade e de desdobramentos, para seu espaço do possível e concebível”³ (Buton, 2009). São contextos, portanto, que sinalizam a materialidade do processo de *feminização* do jornalismo no país.

Na análise que apresentamos a seguir, observamos que o processo de feminização, ainda que lento, está materializado na reação social de atores sociais (SJPDF, Fenaj e o Coletivo Jornalistas contra o Assédio) – mas não somente estas instituições e coletivos – por meio da identificação, denúncia, judicialização e ação institucional e/ou coletiva contra as práticas de assédio e discriminação de mulheres no exercício do jornalismo, assim como na modelização de novas práticas profissionais, como registram Del Vecchio-Lima & Souza (2017). Tais campanhas concretizam-se, dentre outras estratégias, por meio de batalhas discursivas com a produção de cartas públicas, de cartilhas de identificação para a prevenção de casos de assédio e discriminação contra jornalistas ou estagiárias de jornalismo, e na promoção de oficinas, seminários e eventos com a mesma temática em empresas jornalísticas via associações sindicais e/ou coletivos independentes e instituições de ensino superior.

2 A crônica

Como bem define Maingueneau (2002, p. 61), “não existe discurso senão contextualizado”, e o cenário descrito anteriormente é o de contextualização das batalhas discursivas travadas no processo de feminização do jornalismo brasileiro. No presente estudo de caso, analisamos os desdobramentos da publicação da crônica “A estagiária/O

primeiro dia de trabalho de Melissinha” (Goulart, 2017a), publicada no jornal e no portal do *Correio Braziliense* (CB), em 11 de setembro de 2017. Nosso objetivo é discutir a produção da desigualdade de gênero pelo jornalismo e o processo público de denúncia desse fenômeno nas redes sociais a partir do exemplo do CB.

Na crônica, o editor Guilherme Goulart narra o primeiro dia de trabalho da nova estagiária e descreve a “personagem”, com detalhes, enfatizando seus atributos físicos:

Decotinho perverso, coxas de fora, pezinhos docemente acomodados em sandalhinhas rasteiras. Como se estivesse em uma passarela, a mocinha de 19 anos — recém-feitos — desfilou pela redação, a balançar os quadris, para lá e para cá, para cá e para lá. Escondia o nervosismo com o andar tão leve e brilhante quanto pluma e paetê (Goulart, 2017a).

Ao mesmo tempo, descreve os colegas de redação como “fauna masculina”, “matilha” e “machalhada”, “afoitos” e naturaliza suas reações de interesse sexual explícito e assédio em relação a estudante. Após a publicação da crônica no portal do *Correio Braziliense*, a qual foi retirada do ar horas depois, o jornal publicou retratação do autor intitulada “Um erro sem perdão”, em 12 de setembro de 2017 (Goulart, 2017b), onde afirma que a personagem foi criada “para mostrar que o problema do assédio às mulheres continua sendo uma realidade apavorante e assustadora”.

A edição do dia seguinte do CB, de 13 de setembro de 2017, apresentou texto assinado pela editora-chefe, Ana Dubeux, intitulado “Hora de mudar” (Dubeux, 2017). Nele, a editora-chefe afirma que a crônica publicada “está fora do alinhamento” da missão do jornal e do “que acreditamos ser nosso papel na sociedade, junto aos nossos leitores”. Ainda no texto, a editora-chefe revela que, antes de ser publicada, a crônica havia sido lida por dois profissionais do jornal – um homem e uma mulher – e que nenhum havia atentado para a “gravidade do conteúdo”, o que mostraria, segundo ela, a naturalização do machismo no cotidiano. Na mesma data, o CB publicou as notas de repúdio da Fenaj e do SJPDF, ambas criticando, de forma contundente, o teor da crônica. Entre 12 e 15 de setembro de 2017, 12 portais e/ou sites publicaram notícias, comentários ou notas sobre o tema. Justamente esses desdobramentos constituem o foco de nossas observações realizadas por meio das Formações Discursivas presentes nas redes sociais, bem como as práxis que irromperam após a publicação da crônica.

3 Percurso metodológico

Em um primeiro momento, um levantamento de dados foi realizado levando em consideração o período de 11 a 18 de setembro de 2017, uma semana definida a partir do primeiro dia de publicação da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha” no CB, e correspondeu à coleta de publicações, comentários, *likes* [curtidas nos *posts*], compartilhamentos e reações sobre o assunto dos perfis do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), do Jornalistas contra o Assédio, da Fenaj e do *Correio Braziliense* nas redes sociais Facebook e Twitter. A constituição desse *corpus* foi realizada por meio da coleta direta de dados com o objetivo de, inicialmente, quantificar as ocorrências de publicações, comentários e reações e identificar se houve *hashtag* sobre o tema⁴. Em uma segunda etapa, esses dados selecionados foram analisados por meio da Análise de Discurso e da noção de formações discursivas, a fim de mapear os sentidos mais frequentes presentes nas postagens e interações, bem como os silenciamentos discursivos.

Observamos que, na semana analisada, ocorreram publicações, comentários, *likes*, compartilhamentos e reações relativas à crônica nos perfis selecionados somente nos dias 11, 12 e 13, de modo que, entre os dias 14 e 18, não foram identificadas ocorrências da temática na pauta das redes sociais dos perfis analisados. Tanto no Facebook como no Twitter, foi possível identificar maior frequência de publicações e interações localizadas no perfil do Coletivo Jornalistas contra o Assédio (@jornasxassedio) e este foi, notadamente, o que mais impulsionou o debate sobre a crônica. Foram duas publicações no Facebook (uma no dia 11 e outra no dia 12) que, juntas, tiveram 1.282 comentários, 5.378 reações e 2.280 compartilhamentos. No Twitter, o mesmo Coletivo realizou 14 postagens que obtiveram 54 *retweets* e 61 *likes* no mesmo período. O SJPDF também realizou duas publicações sobre o assunto no Facebook, sendo uma no dia 12 e outra no dia 13. Juntas, as duas publicações tiveram 62 comentários, 319 reações e 106 compartilhamentos. No Twitter, foram realizadas duas postagens nesses mesmos dias, sendo que estas obtiveram apenas dois *retweets* e três *likes*. O CB não realizou publicação sobre o assunto na semana analisada em nenhuma das duas redes sociais, embora tenha tido um comentário sobre o tema no Facebook. Finalmente, a Fenaj realizou uma publicação no Facebook, no dia 11, com quatro comentários, 63 reações e 63 compartilhamentos. O levantamento sumarizado está disponível nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1- Quantitativo das ações e reações geradas nos perfis analisados do Facebook e referentes à crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”

PERFIS ANALISADOS	SINDICATO DOS JORNALISTAS (DF)	CORREIO BRAZILIENSE	JORNALISTAS CONTRA O ASSÉDIO	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
11/9/2017				
Publicações sobre o assunto	0	0	1	1
Comentários no post	0	1	1.238	4
Reações no post	0	0	5.100	63
Compartilhamentos do post	0	0	2.234	63
12/9/2017				
Publicações sobre o assunto	1	0	1	0
Comentários no post	50	0	44	0
Reações no post	232	0	278	0
Compartilhamentos do post	86	0	46	0
13/9/2017				
Publicações sobre o assunto	1	0	0	0
Comentários no post	12	0	0	0
Reações no post	87	0	0	0
Compartilhamentos do post	20	0	0	0
TOTAL	489	1	8.942	131

Fonte: Dados obtidos no Facebook e tabela elaborada pelas autoras

Nota: De 14 a 18 de setembro, todos os campos de todos os perfis são iguais a zero.

Tabela 2 - Quantitativo das ações e reações geradas nos perfis analisados do Twitter e referentes à crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”

PERFIS ANALISADOS	SINDICATO DOS JORNALISTAS (DF)	CORREIO BRAZILIENSE	JORNALISTAS CONTRA O ASSÉDIO	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
11/9/2017				
Tweets sobre o assunto	0	-	7	-
Retweets no post	0	-	44	-
Likes do post	0	-	42	-
12/9/2017				
Tweets sobre o assunto	1	-	7	-
Retweets no post	2	-	10	-
Likes do post	3	-	19	-
13/9/2017				
Tweets sobre o assunto	1	-	0	-
Retweets no post	0	-	0	-
Likes do post	0	-	0	-
TOTAL	7	-	129	-

Fonte: Dados obtidos no Facebook e tabela elaborada pelas autoras.

Notas: As publicações do perfil @correio no Twitter estavam indisponíveis para visualização durante a fase de coleta de dados. O Twitter da FENAJ não é atualizado desde 2013. De 14 a 18 de setembro todos os campos de todos os perfis são iguais a zero.

No período inicialmente delimitado para análise não houve emprego recorrente de uma *hashtag* exclusiva, porém, isso aconteceu posteriormente. Ainda que, aparentemente, o debate sobre a crônica tenha arrefecido de 14 a 18 de setembro, o assunto do assédio no jornalismo retornou potente no dia 26 de setembro, ocasião do lançamento da campanha “#JuntosContraoMachismo” pelo Coletivo Jornalistas contra o Assédio. A ação dessa campanha foi nuclear para a análise de uma das formações discursivas observadas nas discussões que se seguiram sobre a crônica, a Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento, apresentada conforme a seguir.

4 As formações discursivas

A noção de formação discursiva, segundo Maingueneau (2002, p. 68), “designa todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito”. Trata-se de uma noção fundamental para a Análise de Discurso (AD), a qual associa a organização textual à situação de comunicação em que os discursos são formulados. Como observa ainda Maingueneau (1997, pp. 13-14):

A AD se apoia crucialmente sobre os conceitos e os métodos da linguística, mas este não é, com toda evidência, um traço bastante discriminador. Na verdade, é preciso levar em consideração outras dimensões; a AD relaciona-se com textos produzidos: – no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; – nos quais se cristalizam conflitos históricos, etc.; – que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso.

Dessa forma, ao optarmos pela AD francesa, o fazemos cientes da tríplice herança desse campo teórico – advindas da linguística, materialismo histórico e psicanálise –, como bem afirma Ferreira (2010, p. 1): “É no discurso, precisamente, que se concentram, se imbricam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito”. A AD francesa demarca, pois, prossegue a autora, uma materialidade linguística e, ao mesmo tempo, uma materialidade histórica, ao objeto discursivo. Orlandi (2003, p. 2) acrescenta que a metodologia “se desenvolveu mantendo conscientemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história..., tendo o discurso como lugar de observação dessa relação”.

E, em nossa pesquisa, ao observar a eclosão do debate público nas redes sociais, a partir da crônica “A estagiária/O primeiro dia de Melissinha”, percebemos que a AD francesa seria um método adequado exatamente pela possibilidade de observar tanto a materialidade linguística (manifesta na crônica do CB, nas cartas e posts das entidades SJPDF e Fenaj, na carta da editora do CB, nos posts e campanha do Coletivo Jornalistas contra o Assédio) quanto à materialidade histórica (manifesta) e, por fim, o sujeito (as jornalistas mulheres em ação no processo de feminização do jornalismo).

Há, portanto, um conjunto de injunções sócio-históricas que possibilitam a enunciação de formações discursivas passíveis de serem analisadas no conjunto de discussões empreendidas publicamente por diferentes atores sociais em múltiplos *loci* de debate. Dada a diversidade de atores envolvidos e o espaço que temos para a elaboração deste artigo, optamos por privilegiar a análise de três formações discursivas

observadas durante a semana que constituiu nosso *corpus* de análise. Ressaltamos que essa opção levou em conta o jogo de tomada de posição dos principais sujeitos envolvidos no debate sobre a crônica (o jornal em suas versões impressa e online e as publicações nas redes sociais de entidades e coletivos) a partir dos movimentos de mobilização dos respectivos discursos a que recorreram na batalha discursiva que se estabeleceu após a publicação da crônica.

Assim, foi possível identificar: a) Formação Discursiva Silenciamento, na qual percebe-se o silenciamento do *Correio Braziliense* nas redes sociais, após a publicação da crônica; b) Formação Discursiva Denúncia, na qual observa-se a denúncia das associações sindicais (Fenaj e SJPDF) e do Coletivo de Jornalistas contra o Assédio de que a crônica configura-se como uma situação de assédio sexual e que, diante de tal prática, seria necessário lançar mão da solidariedade de gênero e de ações institucionais de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação e, por fim, c) Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento, na qual identifica-se a adoção de estratégias pelas jornalistas ao enfrentarem o assédio e a discriminação no dia-a-dia da profissão. A seguir, descreveremos as principais características de cada formação discursiva.

5 A formação discursiva silenciamento: o silêncio de quem não é inocente

Após uma análise preliminar do *corpus*, verificou-se a primeira formação discursiva, a qual intitulamos Formação Discursiva Silenciamento, marcada pelo não-dito sobre a crônica por parte do *Correio Braziliense* em suas mídias sociais, Facebook, Twitter e Instagram. Se a crônica foi postada em uma dessas mídias, provavelmente foi retirada do ar. Durante o período analisado, de 11 a 18 de setembro de 2017, foram 121 publicações do CB, no Facebook, e 118 no Instagram, contudo nenhuma delas referiu-se ao assunto em questão. Vale ressaltar que o referido período estava indisponível para pesquisa no Twitter do perfil do CB, mesmo em plataformas, dispositivos e *browsers* diferentes.

Silenciar pode ser entendido como um modo de estar na linguagem; disso decorre a importância de se observar quais são os sentidos que o silêncio encerra. Orlandi (2007, p. 12) observa que “o silêncio foi relegado à uma posição secundária como excrescência, como o resto da linguagem. Nosso trabalho o erige em fator essencial como condição do significar”. Portanto, cabem as seguintes perguntas: por que o jornal optou

por essa atitude? Não seria melhor enfrentar a crise que se instalou após a repercussão negativa acerca da crônica? Importante relembrarmos que na edição impressa do CB, em 13 de setembro de 2017, a atitude foi oposta, visto que foram publicadas várias notas enviadas por entidades sindicais contrárias à crônica – manifestações da Formação Discursiva Denúncia –, além do editorial redigido pela editora-chefe, como mencionado anteriormente, no qual afirma textualmente: “Como editora-chefe, assumo a responsabilidade no processo de mudança no jornal. Promoveremos políticas de conduta, rodas de discussões e, principalmente, investiremos na criação de um ambiente de aprendizado coletivo” (Dubeux, 2017, p. 10).

Sem dúvida, é contraditório por parte da empresa afirmar algo na versão impressa, vide carta citada acima, e esquecer-se de tudo nas outras plataformas que abarca. Como afirma Orlandi (2007, p. 24) acerca do silêncio, ele é “a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do ‘um’ com o ‘múltiplo’”.

Entretanto, alguns leitores fizeram questão de mencionar o caso. Isso pode ser visto não somente em comentários de internautas, mas também nas notas públicas das entidades SJPDF e Fenaj, as quais demarcam um caráter de indignação e desejo de uma tomada de atitude prática por parte do CB. Em três comentários de internautas publicados no dia 11 de setembro de 2017, sendo um no Facebook e dois no Instagram, por exemplo, percebem-se as reações do público. Um internauta homem comenta no Facebook do CB não acreditar que “aquela crônica misógina comparando suas estagiárias com uma coisa a ser consumida pelos colegas machistas” tenha sido publicada pelo jornal. Os outros dois comentários do Instagram demandam um posicionamento do *Correio Braziliense* acerca da crônica: “E aquela crônica? O Correio não vai se posicionar? Péssimo!!!” e “Aguardando a posição do @correio braziliense sobre a Crônica da ‘Melissinha’”. Esses comentários demarcam um caráter de indignação e desejo de uma tomada de atitude prática por parte do diário brasileiro. Como observa Orlandi (2007), há uma dimensão política no silêncio que nos permite observar a retórica da dominação e da opressão. No caso analisado, percebe-se, de forma clara, como pontua Orlandi (2007), ser o silêncio o real do discurso. Para fins deste trabalho, o que importa é a análise da materialidade discursiva do *corpus* em questão, a qual não deixa dúvidas a opção do silêncio imediato e constrangedor que o veículo assumiu diante dos internautas. Importante destacar que essa Formação Discursiva Silenciamento foi criticada publicamente, ou seja, foi inserida dentro de uma batalha discursiva: os internautas, especialmente nas redes sociais do Coletivo Jornalistas contra o Assédio e também as entidades SJPDF e Fenaj.

6 A formação discursiva denúncia: entidades sindicais apontam para a solidariedade de gênero

A segunda formação discursiva, a que intitulamos Formação Discursiva Denúncia, refere-se à maneira contundente como as associações sindicais SJPDF e Fenaj, assim como o Coletivo Jornalistas contra ao Assédio posicionaram-se diante da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, denunciando-a como uma das várias formas de assédio às mulheres nas redações de veículos noticiosos. Durante a semana analisada, no perfil Sindicato dos Jornalistas, houve duas publicações sobre a crônica, conforme indicado nas Tabelas 1 e 2. A nota pública do SJPDF gerou efeito, pois foi publicada no CB no dia seguinte e, ainda, desdobrou-se em várias oficinas e eventos do SJPDF e CB em torno da prevenção e combate ao assédio contra mulheres jornalistas ou estagiárias de jornalismo.

Observemos a imagem disposta a seguir na Figura 1, para que possamos avaliar a composição geral das postagens.

Figura 1. Postagens do perfil Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal (SJPDF), nos dias 12 e 13 de setembro de 2017.



Fonte: Perfil do SJPDF no Facebook. Recuperado em 14 setembro 2017, de <https://www.facebook.com/SJPDF>.

A imagem situada à esquerda da Figura 1 traz a palavra assédio disposta na cor vermelha, em caixa alta e enviesada sobre a imagem do jornal, tal qual um carimbo que sinaliza um crime. Sobressai a noção de repúdio e de denúncia. O problema é enfrentado, visto que é exposto e visibilizado de forma contundente. O veículo, por sua vez, é interpelado, uma vez que parte do texto pede explicações ao jornal, além de afirmar que a publicação não é de responsabilidade apenas do jornalista, mas, “sobretudo, do veículo”. De fato, mesmo tratando-se do gênero crônica, que segundo Pena (2007), circunscreve junto com outros – tais como o editorial e a coluna – a ideia do jornalismo opinativo, o qual permite ao profissional tecer suas opiniões acerca dos fatos, a crônica em questão foi lida previamente antes da publicação, como admite a editora-chefe (Dubeux, 2017).

O final do texto do Sindicato, descrito acima, lança mão da solidariedade de gênero às jornalistas ou estagiárias que já foram vítimas de assédio. Como afirma Maingueneau (2002, p. 62), “o discurso só adquire sentido no interior do universo de outros discursos”. Portanto, para interpretar o discurso, temos que relacioná-los a outros, conclui o autor. Nesse sentido, quando o texto do SJPDF lança mão da solidariedade de gênero, percebemos que esse posicionamento se conecta ao interdiscurso da luta empreendida pelos movimentos feministas, os quais apregoam a necessidade de que as mulheres pratiquem a sororidade, a qual pode ser implementada por meio de denúncias sobre violências que as mulheres sofrem em diversos espaços, bem como sobre a necessidade de que todas abracem tal causa, independente de pertencer ou não à mesma profissão, raça ou orientação sexual.

Embora Machado (2017, p. 117) aponte como a ideia da sororidade permanece um tabu nas sociedades ocidentais contemporâneas: “O que o senso comum oferece como possibilidades narrativas acerca da amizade entre mulheres? Em geral, escárnio, deboche, incredulidade”, observamos, no entanto, um sentido contrário à resistência à sororidade citada pela autora, pois, em nossa análise, o Sindicato insere-se no interdiscurso das lutas feministas.

Já a segunda imagem, situada à direita na Figura 1, refere-se à retratação e ao pedido de desculpas feitos pelo CB diante da crônica, bem como à carta da editora-chefe, sobre o qual nos referimos anteriormente. Ao final do texto, o pedido de desculpas aparece com a promessa de mudança, como pode ser observado no seguinte trecho de Dubeux (2017): “Peço desculpas a todas as mulheres, leitoras, funcionárias, ex-funcionárias e também aos homens

que se sentiram incomodados durante a leitura. Esse inaceitável acontecimento será um marco para uma mudança mais profunda”. A posição do CB trafega entre a Formação Discursiva Silenciamento, por meio do silenciamento do jornal nas redes sociais, e a Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento, posição para a qual o CB foi conclamado, em meio às batalhas discursivas acionadas pelo SJPDF, pela Fenaj e pelo Coletivo Jornalistas Contra o Assédio; tal ação tem resultado em oficinas e seminários realizados em conjunto pelo SJPDF e o CB, no período posterior aos desdobramentos da crônica em questão.

A Fenaj, por sua vez, utilizou a rede social Facebook para divulgar a nota de repúdio que escreveu e que foi publicada em 13 de setembro de 2017. Contabilizamos quatro comentários sobre o assunto. Ainda que o tema tenha repercutido entre as e os jornalistas, especialmente aquelas e aqueles que trabalham em Brasília, verificou-se pequeno engajamento nas redes sociais da Federação, com apenas 63 compartilhamentos. Todavia, é inegável a importância do tom de repúdio empregado por parte da Fenaj, visto que denuncia a crônica como “misógina e reveladora de como as diferentes formas de violência contra as mulheres jornalistas e estudantes de Jornalismo ocorrem no exercício de suas atividades profissionais [...]”. A nota da Fenaj também veio a ser publicada no CB, da mesma forma que a do SJPDF, ambas em combate ao assédio sexual contra jornalistas e estagiárias de jornalismo.

Mais uma vez, observamos, no *corpus*, o interdiscurso entre as notas produzidas pelo SJPDF e pela Fenaj com os movimentos feministas. De acordo com a definição proposta por Arruda (2000, p. 127): “a teoria feminista, ao partir de um projeto político, pretende ir além da mera compreensão dos fenômenos de opressão e subordinação. Compreendê-los torna-se uma atividade-meio para a meta de transformação das relações entre os gêneros”; as quais são bandeiras de movimentos, principalmente os situados na terceira onda feminista⁵. De acordo com Maingueneau (1997, p. 120), “a interdiscursividade é constitutiva, ou seja, um discurso não nasce de algum retorno às próprias coisas... mas de um trabalho sobre outros discursos”. Dessa forma, percebemos que SJPDF e Fenaj ecoam a interdiscursividade das propostas das feministas, acolhendo-as e divulgando-as nas práticas discursivas em torno do presente estudo de caso.

7 Entre denúncia e enfretamento: jornalistas contra o assédio

O engajamento relevante da classe dos jornalistas acerca do tema assédio nas redações de jornal movimentou-a mais de forma endógena, circunscrita a pequenos grupos, que exógena e de mobilização social. Dentre esses grupos, o que mais se destacou foi o Coletivo Jornalistas contra o Assédio, com duas publicações no período analisado, as quais geraram grande número de engajamento – comentários/compartilhamentos/curtidas, como demonstra o quantitativo citado anteriormente no presente artigo. Vale ressaltar que o perfil analisado não foi o do grupo fechado, mas a página pública do grupo, de modo que as imagens dispostas são livres para visualização.

O Coletivo Jornalistas contra o Assédio surgiu em 2016, em solidariedade a uma jornalista do portal iG que foi demitida após denunciar ter sofrido assédio sexual por parte do cantor Biel. À época, foi postado o seguinte comentário: “... ela (a jornalista demitida do iG) não é a única: são dezenas de relatos rotineiros que não podem ser naturalizados nem jogados no esquecimento”, publicado no portal Jornalistas Contra o Assédio. O Coletivo também qualificou como recorrente o assédio sofrido por mulheres nas redações e emissoras do país, e se apresenta da seguinte forma:

quem - mulheres jornalistas o quê - ainda são assediadas onde - na atividade profissional quando - com mais frequência do que você imagina...

O posicionamento assertivo do Coletivo pode ser novamente observado no dia da publicação da crônica pelo CB conforme pode ser aferido no texto disposto abaixo:

Às colegas jornalistas do *Correio Braziliense*, nossa solidariedade. É emblemático que uma perversidade destas seja publicada por um editor em um dos periódicos mais tradicionais de Brasília – cidade onde o assédio ainda é tão presente nas relações com as fontes. É emblemático também que uma das primeiras pesquisas sobre assédio em redações brasileiras tenha sido conduzida pelo Sindicato dos Jornalistas do DF (leia aqui: <https://goo.gl/yKusJm>) – segundo a qual quase 80% das jornalistas sofrem assédio moral no ambiente de trabalho. Pelo jeito, e a redação do *Correio* parece exemplificar isso, o campo a ser pesquisado é bem amplo. #JornalistasContraoAssédio de ser designadas para uma pauta pelo fato de serem mulheres.

As postagens do Coletivo também apontam para a interdiscursividade que é estabelecida com os movimentos feministas.

Entre as mais relevantes, destacamos a denúncia sobre a atitude machista que impera nas redações dos veículos informativos. O machismo é a versão de uso popular para designar as sociedades patriarcais, que se caracterizam pela naturalização das relações sociais predominantes, tais como a noção de heterossexualidade compulsória, a divisão de funções para homens e mulheres, sendo atribuído às mulheres o ideal da maternidade e do cuidado com o outro, e aos homens o espaço do público do intelecto, da razão. Há que se ressaltar que tais arranjos sociais tem o propósito de justificar a assertiva sobre a inferioridade das mulheres perante os homens, inferioridade essa que justificaria assimetrias salariais, políticas, etc.

O interdiscurso com as teorias e com os movimentos feministas prossegue quando a postagem do Coletivo afirma que o CB precisa assumir a responsabilidade por publicar um material que naturaliza as violências de que as mulheres são vítimas. Aqui, localizamos novamente um elemento de interdiscursividade entre a Formação Discursiva Estratégias, via Coletivo, e a crítica de naturalização da violência, uma vez que a “naturalização” é uma noção fundante nas teorias feministas, ao desmascarar a assertiva de que a condição social das mulheres é fruto da biologia das mulheres.

8 A formação discursiva estratégias de enfrentamento: combate ao assédio e discriminação das mulheres

Por fim, a Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento. Nessa formação discursiva, fica notório que entidades sindicais bem como os coletivos criados nas redes sociais estão atentas às práticas discursivas formuladas nos veículos noticiosos, denunciando situações de opressão, apontando para necessidades de mudanças imediatas e chamando à responsabilidade editores e jornalistas para uma conduta coerente aos direitos das profissionais da imprensa. Nesse sentido, destacam-se diversos esforços de jornalistas mulheres e homens solidários às ações institucionais de prevenção e enfrentamento do assédio. De modo especial, sobressaiu-se a campanha online “#JuntosContraoMachismo”, uma resposta direta, segundo o próprio Coletivo, à crônica em questão, a qual também mobilizou jornalistas homens. Com início no dia 26 de setembro de 2017, o objetivo dessa campanha organizada pelo perfil Jornalistas Contra o Assédio foi mostrar que “a luta contra o assédio é, antes de

tudo, uma luta contra o machismo”, conforme disposto na *hashtag* (Cf. <https://www.facebook.com/jornalistascontraoassedio>). A primeira ação consistiu em um “tuitaço” com a seguinte chamada disposta na postagem do evento intitulado “Tuitaço #JuntosContraoMachismo”:

Manas,
 amanhã lançamos campanha nova pelo coletivo Jornalistas Contra o Assédio: a #JuntosContraoMachismo.
 Desde o início, com as frases relatando situações ainda presentes de assédio no cotidiano da profissão, vocês foram fundamentais. Agora, contamos com toda a ajuda pra levar a mensagem da empreitada adiante (amanhã divulgaremos na nossa fanpage) e pro TUITAÇO que começa às 10h – retuiremos e compartilharemos pelo nosso perfil, o www.twitter.com/jornasxassedio.
 O que é preciso: uma frase que expresse o machismo ainda a ser combatido na profissão, seguida da *hashtag* #JuntosContraoMachismo.
 Exemplo (tirado do que vcs [SIC] enviaram):
 “Gosto de trabalhar com você porque você trabalha como um homem”. Até quando? #JuntosContraOMachismo”
 OU
 um comentário seu sobre a campanha, acrescido da *hashtag*.
 Vem com a gente?! A campanha tá linda!

A campanha durou 12 dias, a partir de 26 de setembro, e publicou seis vídeos com depoimentos de homens jornalistas a comentar frases típicas de assédio habitualmente proferidas no ambiente profissional jornalístico. No primeiro vídeo da campanha, é possível perceber que uma das principais motivações para essa ação foi a publicação da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha”, pois na introdução foram publicados vários trechos extraídos integralmente do texto publicado no *Correio Braziliense*, bem como a imagem da crônica do CB.

A partir de reflexões sobre as frases assediadoras proferidas no ambiente corriqueiro de jornalistas, a campanha do Coletivo Juntos Contra o Assédio buscou retomar a função crítica e o papel do jornalismo de problematizar práticas sociais. A dimensão da solidariedade de gênero também foi um dos alvos dessas ações, de modo que a frase “respeita as mina!”, utilizada por diferentes grupos em ações coletivas em defesa das mulheres, foi retomada em várias publicações e comentários associados à campanha. A marcante interdiscursividade que localizamos nas relações entre a Formação Discursiva Denúncia e a Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento, comentadas anteriormente, e o interdiscurso feminista ecoa o que De Lauretis (1986) propõe quando afirma que o feminismo teria trazido uma nova forma de pensar não somente

sobre a cultura, mas sobre a própria experiência. Nesse sentido, vemos o interdiscurso feminista presente em ambas Formações Discursivas (Denúncia e Estratégias de Enfrentamento), assinalando as críticas ao silenciamento/omissão manifesto na Formação Discursiva Silenciamento. Também essa interdiscursividade nos lembra o que afirma Guacira Lopes Louro (1997, p. 159), ao ressaltar que “as mulheres e os homens feministas precisam estar atentas(os) às relações de poder que se inscrevem em várias dinâmicas sociais – das quais elas e eles tomam parte”. E as e os jornalistas, mas preponderantemente jornalistas mulheres, em nosso estudo, manifestaram-se como atentas às relações de poder inscritas no entorno da crônica “A estagiária/O primeiro dia de Melissinha”, ao ponto de instaurarem a batalha discursiva aqui descrita.

Interessante observar que, ao se manifestarem publicamente de forma ativa e crítica nas redes, estes atores contribuíram para revelar como a crônica, neste caso, operou no espaço público como discurso que reitera a ordem hierárquica dominante de gêneros, reassegurando discursivamente o lugar assimétrico proposto às estagiárias mulheres na estrutura de autoridade do jornal. Ao instaurarem uma batalha discursiva, os grupos disputaram nas redes o sentido da crônica, negando esse lugar assimétrico proposto e reconhecendo o poder da linguagem de atuar sobre o real por meio de atos elocutivos (Butler, 2003, p. 169).

9 Considerações finais

A publicação da crônica “A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha” no jornal *Correio Braziliense* e as posteriores repercussões negativas sobre o conteúdo sexista do texto na internet possibilitam compreender como atuam os mecanismos de manutenção da desigualdade de gênero nas empresas jornalísticas. Ao mesmo tempo, mostra de que maneira atores institucionais como as entidades de classe, como Fenaj e Sindicato dos Jornalistas do DF, e coletivos de mulheres jornalistas, como o Jornalistas contra o Assédio, tiveram papel fundamental ao manifestarem-se por meio da Formação Discursiva Denúncia e da Formação Discursiva Estratégias de Enfrentamento, direcionando-as como força crítica frente à Formação Discursiva Silenciamento empreendida pelo jornal.

O caso explicita o fenômeno da feminização do jornalismo no

país, em que a larga presença das mulheres na profissão, apontada por várias pesquisas, ainda não garantiu condições efetivas de equidade dentro do campo profissional. No entanto, percebemos, no presente estudo, que a feminização tem possibilitado empreender batalhas discursivas no combate à discriminação de gênero contra estagiárias de jornalismo ou contra mulheres jornalistas profissionais. Ao sexualizar o ingresso de jovens mulheres estudantes de jornalismo na redação do jornal, o discurso da crônica reproduziu e naturalizou violências de gênero que se instalam de forma sistemática nesses espaços profissionais. Tal naturalização pública iniciou uma batalha discursiva nas redes, acionando Formações Discursivas de denúncia e de organização de estratégias de enfrentamento por grupos e entidades de classe. Dessa forma, as ações de mobilização acionadas por esses grupos foram capazes de pôr em movimento o silenciamento inicial do jornal, observado por meio da Formação Discursiva Silenciamento, o que levou ao posterior reconhecimento público do caráter sexista do conteúdo da crônica pela própria editora-chefe do *Correio Braziliense*.

Apesar de a repercussão ter ficado, em grande parte, restrita à área, as reações tiveram o mérito de deslocar o debate do espaço da redação para o campo das discussões da desigualdade de gênero, em interdiscursividade com as teorias e os movimentos feministas. Nesse sentido, o uso, por exemplo, do mote “respeita as mina!” na campanha é simbólico desta batalha discursiva que percebemos como emblemática do processo de feminização do campo profissional do jornalismo no Brasil.

NOTAS

- 1 No Brasil, o estágio em jornalismo tornou-se obrigatório em 2013, com a aprovação das novas Diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).
- 2 A obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão esteve em vigor entre 1969, por meio do Decreto-Lei 972/1969, e o ano de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal decidiu suspender a exigência do diploma. Atualmente, tramitam projetos de lei no Congresso Nacional com o objetivo de reestabelecer a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no país.

- 3 Do original: "... saisir les pratiques individuelles em les rapportant à leurs conditions sociales et historiques de possibilité et de déroulement, à leur espace du possible et du pensable". Tradução nossa.
- 4 As autoras agradecem aos estudantes de graduação da Faculdade de Comunicação da UnB, Victoria Franco e Matheus Pontes, pela participação na fase de coleta de dados.
- 5 Acerca das ondas feministas, ver: Navarro-Swain (2000).

REFERÊNCIAS

Arruda, A. (2000). Feminismo, gênero e representações sociais. Textos de História: *Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília, 8 (1-2), pp. 113-138.

Associação Nacional de Jornais [ANJ]. (2015). *Maiores jornais do Brasil*. Recuperado de www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Buton, F. (2009). Portrait du politiste en socio-historien: La "socio-histoire" dans les sciences politiques. In F. Buton, N. Mariot (Orgs.), *Pratiques et méthodes de la socio-histoire* (pp. 1-22). Paris: PUF.

Byerly, C. M. (Ed). (2011). *Global Report on the status of women in the news media*. Washington, DC: International Women's Media Foundation.

Byerly, C. M. (Ed.). (2013). *The Palgrave International Handbook of Women and Journalism*. New York: Palgrave Macmillan.

Carvalho, G., & Portela, M. R. (2016). Jornalistas intimidadas: Dados da violência moral na Região Sul do Brasil. *XVII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul*. Curitiba. Anais.

De Lauretis, T. (1986). Feminist Studies/Critical Studies: Issues, terms, and contexts. In T. De Lauretis, (ed.), *Feminist Studies/Critical Studies* (pp. 1-19). Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.

Del Vecchio-Lima, M., e Souza, H. A. (2017, dezembro). Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. *Media & Jornalismo*, 17 (31), pp. 131-152. Recuperado de www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622017000200010.

Dubeux, A. (13 de setembro de 2017). Visão do Correio: Hora de

mudar. *Correio Braziliense*, Cidades, p. 10.

Ferreira, M. C. L. (2010). Análise do discurso e suas interfaces. O lugar do sujeito na trama do discurso. *Organon. Revista do Instituto de Letras da UFRGS*, 24 (48), pp 1-12. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636/17316>.

Goulart, G. (11 de setembro de 2017a). A estagiária/O primeiro dia de trabalho de Melissinha. *Correio Braziliense*, Cidades, p. 16.

Goulart, G. (12 de setembro de 2017b). Crônica da Cidade: um erro sem perdão. *Correio Braziliense*, Cidades. Recuperado de www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/09/12/interna_cidadesdf,625140/cronica-da-cidade-um-erro-sem-perdao.shtml.

Gudipaty, N., Ramaprasad, J., Pasti, S., Lago, C., Li, X., e Rodny-Gumede, Y. (2018). Towards equality? In: S. Pasti, e J. Ramaprasad (Orgs.), *Contemporary Brics Journalism: Non-western media in transition* (pp.104-129). Londres: Routledge.

Koshiyama, A.M. Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. (2001, setembro). *XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Campo Grande. Anais.

Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Machado, L. M. M. (2017). A Fragilidade dos Laços Femininos: as representações sobre o rompimento da amizade entre duas garotas na série *Stranger Things*. In C. Stevens, S. Oliveira, e V. Zanello. (Orgs.), *Mulheres e Violências* (pp. 114-126), *Interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik.

Maingueneau, D. (2002). *Análise de textos de Comunicação*. (2a ed.). São Paulo: Cortez.

Maingueneau, D. (1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. (3a ed.). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

Martinez, M., Lago, C., e Lago, M. C. de S. (2016). Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, 23 (2), pp. 1-23.

Mick, J., e Lima, S. P. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. (1a ed.). Florianópolis: Insular.

Navarro-Swain, T. (Org.). (2000). Feminismo: teorias e perspectivas. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, 8 (1-2), pp. 5-8.

Orlandi, E. P. (2003). A análise de Discurso em suas diferentes

tradições intelectuais: o Brasil. *Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Porto Alegre, RS, Brasil, Anais*, 1. Recuperado de www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf.

Orlandi, E. P. (2007). *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. (6a ed.). Campinas: Editora da Unicamp.

Pena, F. (2007). *Teorias do Jornalismo*. (2a ed.). São Paulo: Contexto.

Ramos, R. H. P. (2010). *Mulheres Jornalistas: A grande invasão*. São Paulo: Imprensa Oficial/Fundação Cásper Líbero.

Rocha, P. M. (2004). *As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

Rocha, P. M., Oliveira, M. A., e Kuhl, C. E. (2013). A história do ingresso das mulheres nas redações de dois impressos de Ponta Grossa. *9º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto. Anais.

Rocha, P. M., e Sousa, J. P. (2011). O mercado de trabalho feminino em jornalismo: Análise comparativa entre Portugal e Brasil. *Impulso*, 21(51), pp. 8-18.

Rocha, P. M., e Witowicz, K. J. (2017). O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional. *13º Women's Worlds / 11º Fazendo Gênero*. Transformations, connections, displacements. Florianópolis. Anais.

Silva, M. V. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Florianópolis: Insular.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal [SJPDF]. (2016). *Pesquisa Desigualdade de Gênero no Jornalismo*. Brasília: SJPDF. Recuperado de www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf

Souza, A. F. C. (2009). *Mulheres jornalistas: percursos e percalços*. V *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/ENECULT*, Salvador. Anais. Recuperado de www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf.

Souza, E. M., e Bueno, J. M. (2017). Elas na TV: de piadas a gracejos: um estudo sobre o assédio na perspectiva de jornalistas e estudantes de jornalismo de Uberlândia/MG. V *Seminário Catarinense sobre Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho*. Florianópolis. Anais. Recuperado de neppot.ufsc.br/files/2017/11/2017-Anais-do-evento.pdf#page=41.

Yannoulas, S. (2011). Feminização ou familização: Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, 11 (22), pp. 271-292.

Liziane Guazina. PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: liziane.g@uol.com.br.

Concepção, planejamento, conteúdo intelectual e científico da pesquisa; redação do manuscrito e edição final.

Dione Oliveira Moura. PhD, Professora Associada da Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: dioneoliveiramoura@gmail.com.

Concepção, planejamento, conteúdo intelectual e científico da pesquisa; redação do manuscrito e edição final.

Fabiola Calazans. PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: fabiola.calazans@gmail.com.

Planejamento, conteúdo intelectual e científico da pesquisa; coleta e interpretação de dados; redação do manuscrito e edição final.

Fernanda Martinelli. PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: nandamartineli@yahoo.com.br.

Planejamento, conteúdo intelectual e científico da pesquisa; coleta e interpretação de dados; redação do manuscrito e revisão crítica.

Liliane Machado. PhD, Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação/Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: profliane@globo.com.

Planejamento, conteúdo intelectual e científico da pesquisa; coleta e interpretação de dados; redação do manuscrito e revisão crítica.

RECEBIDO EM: 01/11/2017 | ACEITO EM: 14/02/2018